



# DIÁLOGOS INTERNACIONAIS COM REFLEXOS NO BRASIL

Dalton Daemon

## Bases de Reorganização

O diálogo a que nos referimos neste trabalho não é a simples fala entre duas ou mais pessoas, uma conversação ou um colóquio. É a troca ou discussão de idéias, de opiniões, de conceitos com vistas à solução de problemas, ao entendimento ou à harmonia entre os diversos países do mundo. O Brasil não vive isolado, ele faz parte da comunidade internacional, como tal sofrendo as influências e os reflexos de outros países e de vários organismos, todos sujeitos a permanentes modificações conjunturais. Nossa intenção é a de apresentar, em determinado período (fim da 2ª Guerra Mundial aos dias atuais), um conjunto de fatos determinantes, inovações e proposições internacionais que devam merecer maiores

atenções, face às repercussões implícitas ou explícitas que possam ter para o Brasil.

O mundo sofreu, em realidade, grandes transformações no período em que nos situamos. Em parte, em razão da desorganização existente, imediatamente após ao término da guerra, de outra parte pela própria dinâmica dos países desejosos de traçar novos caminhos e alcançar outras metas. Ao terminar a guerra, o quadro não era otimista. A Alemanha dividida, a França desorganizada (de 1945 a 1954 tiveram 19 governos, nenhum com mais de 13 meses), o Reino Unido com cidades destruídas e a economia em decadência, a Itália em situação precária, isto para não estender a lista dos países, alguns em situação ainda pior. Em realidade, no início do período considerado, foi realizado um gran-

de esforço de diálogo entre muitos países, procurando-se reorganizar a economia e promovendo certa ordem, que permaneceu por alguns anos.

Os Estados Unidos, grande vencedor da guerra, tomou uma série de iniciativas, ele mesmo sofrendo uma série de transformações. Entre elas a modificação radical de sua política de total protecionismo e isolamento para uma abertura de suas fronteiras aduaneiras e a ofensiva comercial internacional. Como resultado das guerras mundiais, ele se converteu em principal empregador, principalmente para os perdedores. Para resolver, ou ao menos definir as regras do jogo internacional, em 1943, portanto antes do final da guerra, já tinha sido proposto a organização do Banco Mundial, que não mereceu a atenção devida. Mas, em julho de 1944, se reúne em Bretton Woods uma Conferência Monetária e Financeira, com a presença de 44 países.

Os diálogos atingem o ano-chave de 1945, quando em San Francisco, em 26 de junho, chega-se à carta das Nações Unidas e os debates iniciados em Bretton Woods, polarizados pelo Plano White dos Estados Unidos e o Plano Keynes do Reino Unido, chegam a uma conclusão. Em síntese o Plano White propunha a estabilização dos balanços de pagamentos, com fundos de 5 bilhões de dólares, constituídos por ouro e títulos governamentais dos países participantes, tendo como contrapartida a supervisão da política econômica interna de cada país e o controle direto de sua política mo-

netária. O Plano Keynes tinha como base características auto-reguladoras.

Predominou o Plano White, com o Reino Unido aceitando, já que necessitava ajuda para a sua reconstrução. Nasce, então, o Fundo Monetário Internacional (FMI) em 27/12/45 e também o Banco Mundial, sendo requisito para adesão ao Banco ser membro do FMI. Os objetivos do FMI, voltados para empréstimos de curto prazo, visavam corrigir desequilíbrios transitórios nos balanços de pagamentos dos países-membros, devido a situações conjunturais ou emergências provocadas por fenômenos aleatórios. Os objetivos do Banco Mundial orientados para empréstimos de longo prazo, com vistas a corrigir desequilíbrios fundamentais nos balanços de pagamentos dos países-membros, através de grandes investimentos em setores básicos.

Os acordos iniciais se complementam no espaço mundial com vários eventos, alguns que só mais tarde vão dar verdadeiros frutos. Surge, por exemplo, a Liga dos Estados Árabes (1945), fez-se a independência das Filipinas (1946). Traça-se o Plano Marshall com a ajuda em dinheiro e mercadorias (1947) e com ele, para coordená-lo, em 1948, a Organização para a Cooperação Econômica Européia (OCEE).

No lado do comércio, na mesma fase, os Estados Unidos apresentaram, em 1945, uma proposta técnica de regularização. Em 1946 o Governo do mesmo país submeteu à ONU, para tornar prática a pro-

posta, o anteprojeto da Carta para a Organização Internacional do Comércio. Assim foi criado, em 30/10/1947, o GATT — *General Agreement on Tariffs and Trade* (Acordo Geral de Tarifas e Comércio), em Genebra, com uma Estrutura, Conselho de Representantes, Comitês, Grupos de Trabalho e Secretaria.

São criados os procedimentos de adesão e saída, adesão ordinária, adesão provisória e adesão especial dentro do GATT. Também os princípios de não-discriminação e as cláusulas de nação mais favorecida, de tratamento nacional e de proibição das restrições quantitativas.

O princípio de reciprocidade, assim como as negociações multilaterais, tarifárias e não-tarifárias ganham corpo dentro do mesmo organismo, ao lado de sistemas de consulta e soluções de controvérsias. O GATT permanece como um órgão em parte dogmático, em parte operativo.

Em 25 de janeiro de 1949 aparece o Conselho de Assistência Econômica Mútua (COMECON) dos países do Leste Europeu, para assistência econômica e tecnológica recíprocas. Novas independências surgem na África: Líbia (1952), Marrocos (1956), Sudão (1956) e Costa do Ouro (1957).

Em 1957 surge a Comunidade Econômica Européia (CEE) a partir da Comunidade Européia do Carvão e do Aço, criada em 1950, englobando o BENELUX (Bélgica, Holanda e Luxemburgo) e iniciando no mundo ocidental um processo de integração econômica mais forte.

No ano de 1959 aparece na África a União Aduaneira e Econômica da África Ocidental. Instala-se o governo revolucionário de Cuba. Surge a EFTA — *European Free Trade Association* (Associação Européia de Livre Comércio), com outros países como resposta ao CEE ou Mercado Comum Europeu.

### Desenvolvimento de Integrações

Na Ásia criaram-se Estados autônomos da Índia, Paquistão, Laos, Ceilão, Vietnã, Indonésia. Depois alguns destes países (Filipinas, Tailândia, Singapura, Indonésia e Malásia) reúnem-se com outros na ASEAN — *Association of South East Asian Nations* (Associação do Sudeste Asiático).

Em 1962 surge a União Monetária da África Ocidental e a União Aduaneira e Econômica da África Central, UDEAC — *Union Douanière Economique de l'Afrique Centrale*.

Começa a ser criado em 1964 o ACM — *Arab Common Market* (Mercado Comum Árabe).

Surge uma série de agrupações de países, dentro e fora das Nações Unidas, como por exemplo a UNCTAD — *United Nations Conference on Trade and Development* (Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e Desenvolvimento).

A UNCTAD adquiriu caráter institucional a partir da Resolução da Assembléia Geral das Nações Unidas de 30/12/62. A primeira reunião de avaliação foi em Genebra (1964) que teve como tema "Promover o Comércio Internacio-

nal". A segunda reunião em Nova Delhi (1968) marcou como tema "Fórmulas Políticas de Comércio e Desenvolvimento Econômico".

No âmbito do GATT, os diálogos principais nos quais participou o Brasil deram-se na Rodada Kennedy (1964-1967), tratando de:

- Reduções tarifárias
- Países com estrutura especial de comércio
- Barreiras não-tarifárias
- Produtos agrícolas
- Participação de países menos desenvolvidos
- Análise do Protocolo de Genebra
  - Acordos sobre produtos químicos
  - Código Antidumping
  - Ajustes de impostos
  - Acordos sobre tecidos de algodão

Surgem os movimentos dos países não-alinhados, no início somente com caráter afro-asiático. Depois cresceu com princípios exclusivos políticos (soberania, não agressão, coexistência pacífica etc.). Em seguida preocupou-se com problemas econômicos como a estabilização de preços dos produtos primários, criação na ONU de um Fundo para o Desenvolvimento, política comum de petróleo etc. A primeira Conferência de cúpula foi em Belgrado (1961) e a segunda no Cairo (1964).

A América Latina vivia dificuldades de desenvolvimento, principalmente comercial. Calcula-se que entre 1950-1961 a América Latina sofreu uma perda de 12 bilhões de dólares somente em razão

da deterioração dos termos de intercâmbio, apresentando, naquele período, as menores taxas de desenvolvimento comercial do mundo.

Em 1959 tinha sido estabelecido o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento). Em 1960 aparece o programa da Aliança para o Progresso e nascem a ALALC (Associação Latino-Americana de Livre Comércio) e o MCCA (Mercado Comum Centro-Americano). Surgem depois a CARIFTA - *Caribbean Free Trade Association* (Associação do Livre Comércio do Caribe), depois transformada em CARICOM, *Caribbean Common Market and Community* (Comunidade do Caribe) e a partir do Acordo de Cartagena, a constituição subregional do Grupo Andino que reúne agora Bolívia, Equador, Peru, Colômbia e Venezuela.

Depois vão aparecer outros organismos setoriais de integração, novos acordos bilaterais, intercâmbio de tecnologias. Também outros esforços de união como por exemplo o SELA (Sistema Econômico Latino-Americano), Cuenca del Plata e Tratado de Cooperação Amazônica.

### Nascimento do Diálogo Norte-Sul

Em 1974 surge o Grupo dos 77 procurando interesses comuns de desenvolvimento. Nas 3ª e 4ª reuniões da UNCTAD (Santiago e Manilha) procuram coordenar atividades, o que vai propiciar o aparecimento do chamado Diálogo Norte-Sul e a necessidade de novas

formulações designadas como NOEI (Nova Ordem Econômica Internacional) na 5ª Reunião da UNCTAD.

O diálogo Norte-Sul foi originalmente proposto pelo Ministro da Arábia Saudita, Abimed Zaki, mas em realidade ganhou força depois que o Presidente da França aceitou-o para evitar confrontação sobre o preço do petróleo entre os blocos produtores e importadores.

O Ministro da Argélia, Aledelaziz Banteflika, convenceu a vários países em desenvolvimento que os novos preços da OPEC — *Organization of Petroleum Exporting Countries* (OPEP — Organização dos Países Exportadores de Petróleo) constituíam o primeiro passo para alcançar a NOEI.

Foi também a procura de um abastecimento adequado de produtos energéticos a preços estáveis a principal motivação para os países em desenvolvimento participarem no diálogo Norte-Sul.

Na mesma fase, no interior do GATT, processava-se a chamada RODADA TÓQUIO (1973-1979), promovendo uma série de acordos sobre: Normas de Valorização de Aduanas, Compras do setor público, Procedimentos para trâmites de licenças de importação, Obstáculos técnicos de comércio, Carne bovina e Produtos lácteos.

Na América Latina surge o Tratado Amazônico (1978), constituído pela Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela para promover a colaboração em: navegação fluvial, aproveitamento de recursos hídricos, proteção da fauna e flora, me-

didias sanitárias, investigação científica, tecnologia.

### Nova Ordem Econômica Internacional — NOEI e o Diálogo Norte-Sul

O programa de Ação sobre o estabelecimento de uma Nova Ordem Econômica Internacional foi adotado pela Assembléia das Nações Unidas em 1975, além de em outros foros internacionais.

Tem a NOEI três temas prioritários:

- Restauração da ordem econômica mundial após o colapso do sistema de Bretton Woods e suas conseqüências: recessão, desemprego, inflação, protecionismo.
- Redução da desigualdade de riquezas e poder entre os diferentes países.
- Diminuição ou eliminação da pobreza mundial.

Os países em desenvolvimento passaram a questionar uma série de elementos, como: verificar os seus interesses reais e não os supostos por outros países; quais os nossos interesses de longo prazo, além dos de curto prazo; o que é e o que não é importante para os nossos países e para os países desenvolvidos.

Passa-se a exigir que os técnicos e os pensadores econômicos dos nossos países possam dizer até que ponto as circunstâncias podem alterar os argumentos, assim ajudando a fortalecer a vontade política e criando situações que conduzam a conclusões mais otimistas que as

existentes. Que eles também colaborem na formulação de políticas que eliminem idéias simplistas de causa e efeito, que às vezes choca-se com a realidade, estabelecendo juízos de valor sobre o que é ou não é generalizável a nível internacional, já que cada país é um mundo em si.

Entre as pretensões comerciais dos países em desenvolvimento passam a constar a abertura real de mercados, a reforma do sistema monetário mundial, um fundo comum para financiar os estoques de matérias-primas, a análise das empresas transnacionais, a transferência de tecnologias e as relações com os países desenvolvidos.

A partir da reunião de Manilha (1979), atesta-se que os países ricos não querem ceder suas posições e a debilidade do Sul. Chega-se à conclusão que antes que fortalecer o diálogo Norte-Sul dever-se-ia apoiar o diálogo Sul-Sul em quatro pontos:

- Como restaurar a unidade do Sul.
- Preparar soluções tendo em vista as diferenças entre os países.
- Acertar posições do Sul com a OPEP.
- Reconhecimento nacional da importância do problema (criando estrutura permanente).

### Reflexos da NOEI no Início dos Anos 80

Em janeiro e fevereiro de 1980, na reunião da III UNIDO — *United*

*Nations Industrial Development Organization* (Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial), o plano de ação traçado só foi aprovado pelos países em desenvolvimento e os países coletivistas. O Vaticano ficou neutro. Tratava-se, entre outros problemas fundamentais, de transferências de indústrias do Norte para o Sul, envolvendo 500 bilhões de dólares até o ano 2000.

Chegou-se à conclusão de que a NOEI deveria tratar de uma concepção de política global, tendo como temas: código de conduta das empresas transnacionais, transferência de tecnologia, matérias-primas e comércio, endividamento, ajuda em alimentos.

No entanto, na Assembléia das Nações Unidas (1980), onde de um lado ficaram Estados Unidos, Reino Unido e Alemanha Ocidental e do outro lado 155 países, não foi aceito discutir o FMI e o Banco Mundial (os 3 países citados têm mais de 1/3 dos votos nesses organismos).

O que a grande maioria dos países em desenvolvimento deseja em relação ao FMI é maior ação sobre este organismo e mais flexibilidades quando estiverem em dificuldade.

As políticas de ajuste dos programas de estabilização que o FMI obriga os países-membros a adotar para ter acesso aos recursos financeiros do próprio Fundo ou da comunidade financeira internacional são em geral um conjunto sobre desvalorização monetária, liberação de preços e contração da demanda.

**Política de Preços e Custos Relativos: Desvalorização e Liberação**

- Desvalorização do tipo de câmbio — Para elevar os preços relativos dos bens comercializáveis.
- Liberação do câmbio, comercial e de controles dos preços internos.
- Controle de salários.

**Política de Contração da Demanda Agregada**

- Política monetária — Restrições de crédito ou de altas de taxas de juros, mediante o aumento das reservas do sistema bancário.
- Política fiscal — Redução do déficit do setor público.
- Política de financiamento externo e interno — Limitando a contração de créditos do setor público.

Atualmente, os países devem participar com uma cota determinada. Antes da última reforma cada país depositava uma parte em ouro de sua cota em um dos quatro bancos depositantes do Fundo: Banco de Reserva Federal de New York, Banco de Inglaterra, Banco de França e Banco da Índia.

- A "Cota ouro" equivale a 25% da cota total.
- O restante da cota se deposita em moeda nacional no Banco Central do país membro.

A cota serve de base para fixação do poder de voto (250 para

cada sócio + 1 voto por 100.000 dólares de cota).

O país-membro pode comprar do Fundo a quantidade de moeda que necessita em troca de uma quantidade igual de sua própria moeda, com reembolso de 3 a 5 anos. Uma solicitação correspondente ao valor da cota é concedido automaticamente. Quando excede 25% o valor da cota o FMI é liberal, mas o país deve fazer esforços. Para solicitação maiores (que podem atingir 125% da cota), o FMI exige programas estritos. Existem os financiamentos compensatórios de exportações e financiamentos de estoques reguladores, em que os países em desenvolvimento desejam maiores facilidades.

Em 1978 apareceu a 2ª emenda do Convênio Constitutivo do Fundo. A 1ª emenda criou os Direitos Especiais de Saque — DES. A 2ª diminuiu a importância da função ouro e intensifica a dos DES.

O Grupo dos 30, oficialmente chamado Grupo Consultivo sobre Assuntos Internacionais Econômicos e Monetários, decidiu criar uma conta de substituição no Fundo que emitisse títulos denominados DES, em troca de ativos de reservas oficiais de dólares dos Estados Unidos. Insiste na importância de fortes vínculos com o setor privado, mas várias das modificações propostas são tímidas em relação ao que pretendem os países em desenvolvimento.

Outro evento de significativa importância do início dos anos 80 para o Brasil é a transformação da ALALC em ALADI (Associação

Latino-Americana de Integração). Considerando que a zona de livre comércio regula o intercâmbio comercial entre os países contratantes e cada um deles mantém sua política comercial independente frente a países situados fora da zona. Que a União Aduaneira existe quando Estados soberanos formam um só território aduaneiro e que o Mercado Comum se estende aos demais setores da política econômica constituindo uma unidade econômica integral entre os Estados participantes, ficam explícitas as intenções quando o Tratado de Montevideu adotou o sistema de zona de livre comércio para a ALADI.

São 11 os países-membros que formam o novo Tratado, classificados da seguinte forma:

- Países de menor Desenvolvimento Econômico Relativo: Equador, Bolívia, Paraguai.
- Países de Desenvolvimento Intermediário: Colômbia, Chile, Peru e Uruguai.
- Venezuela.
- Outros países: Argentina, Brasil e México.

Os princípios que regem o Tratado são: Pluralismo (integração acima das diferenças); Convergência (multilateralização); Flexibilidade (coordenação de ações); Tratamento diferencial (em função da classificação); Multiplicidade (utilizar distintas formas de correlação).

As principais diferenças entre o Tratado de 1960 e o de 1980 são:

- No Tratado de 1960 a cláusula de nação mais favorecida tinha uma aplicação incondicional, isto é, as vantagens, favores, privilégios aplicados a uma parte contratante (produtos), devia ser imediatamente estendida ao produto similar de outro país da ALALC.
- No Tratado de 1980 a situação é diversa. Podem ser feitos acordos sem obrigação de estender aos outros países da ALADI (salvo para os países de menor desenvolvimento econômico).

#### Informe Brandt

A Comissão Brandt (Comissão Independente sobre Assuntos de Desenvolvimento Internacional), presidida por Willy Brandt, grupo de 17 membros, foi constituída no outono de 1977 por sugestão de McNamara, Presidente do Banco Mundial (BIRD); terminou seus trabalhos no outono de 1979, que foram publicados em inglês em fevereiro de 1980.

De uma maneira sintética, apresentamos a seguir as principais recomendações do Informe Brandt.

#### Países mais pobres

- É preciso estabelecer programas imediatos e de longo prazo para eliminação da pobreza na África e Ásia. Isto exige pelo menos 4 bilhões de dólares anuais nas duas próximas décadas.

## Fome e Alimentação

- A fome em massa e a subnutrição devem ser eliminadas.
- Em muitos países a reforma agrária assume papel fundamental.
- Acordo internacional sobre cereais. Criar reservas internacionais de emergência.

## População — Crescimento, mobilidade e meio ambiente

- Estimular o planejamento populacional e familiar.
- Proporcionar atenção especial aos imigrantes do mundo.
- Direito de asilo aos refugiados.
- Desenvolvimento industrial e meio ambiente.
- Exploração com estabelecimento de regras internacionais nos mares (além das 200 milhas).

## Desarmamento e Desenvolvimento

- Perigo da corrida armamentista e o desvio de recursos pesando nas economias nacionais.
- O mundo precisa adquirir uma compreensão mais abrangente do problema de segurança, que não seja limitada ao aspecto militar.
- Deverá ser criado um mecanismo respeitado que assegure a manutenção da paz, fortalecendo o papel das Nações Unidas.
- Pesquisa para possibilitar a transformação da produção bélica em produção pacífica.

## Tarefa do Sul

- Realização de reformas sociais e econômicas internas nos países em desenvolvimento.
- Redistribuição de meios de produção e de renda.
- Pacotes de intervenção estatal: ampliação dos serviços públicos para os mais necessitados, reforma agrária, mais recursos para o desenvolvimento rural, fomento às pequenas empresas, melhor administração fiscal.
- Formação e aperfeiçoamento profissional.
- Desenvolvimento de tecnologia de nível médio e intercâmbio de experiências.
- Aperfeiçoamento da gestão econômica e mobilização de recursos.
- Substanciais melhorias na política fiscal, administração pública, manejo da estrutura de preços.
- Integração regional e sub-regional.
- Ampliação das tarifas preferenciais entre si.
- Aumento de acordos de pagamentos e de créditos entre si.
- Promover a colaboração econômica e ajuda mútua entre si.

## Comércio de matérias-primas e desenvolvimento

- Maior participação dos países em desenvolvimento no processamento, venda e distribuição de suas matérias-primas.
- Estabilização dos preços das matérias-primas.

- Fundo Comum para: financiar acordos internacionais de estabilização de preços de matérias-primas e financiar estoques nacionais.
- Facilidades de financiamento compensatórios para enfrentar melhor as perdas de rendimentos reais nas exportações de matérias-primas.

### Energia

- Acordos especiais, inclusive ajuda financeira para assegurar abastecimento energético dos países mais pobres.
- Novas organizações financeiras para proporcionar maiores financiamentos para busca de novas fontes de energia.
- Sob os auspícios da ONU criar um Centro Mundial de Pesquisa Energética para coordenar informações, projeções e apoio às pesquisas de novas fontes de energia.

### Industrialização e Comércio Internacional

- A industrialização dos países em desenvolvimento abrirá novas perspectivas para o comércio internacional, não devendo ser contra aos interesses dos países desenvolvidos.
- Desmantelar o protecionismo dos países desenvolvidos em relação às exportações dos países em desenvolvimento. Novas regras e orientações do comércio internacional.
- Medidas protecionistas de-

vem ser negociadas internacionalmente.

- Reduzir a rigidez do SGP (Sistema Generalizado de Preferências).
- Criar uma Organização de Comércio que abranja o GATT e a UNCTAD.

### Empresas Transnacionais, investimentos e transferências de tecnologia

- Necessidade de leis nacionais e diretrizes internacionais eficazes para dirigir a transferência de tecnologia, controlar as práticas restritivas que limitem a concorrência e estabelecer um enquadramento das atividades de empresas transnacionais.
- Entre as regras de investimentos, foram propostas:
  - Regulamentação mútua entre os países receptores e os países de origem, no que diz respeito ao investimento externo, transferência de tecnologia, remessa de lucros *royalties* e dividendos.
  - Uma legislação coordenada entre os países receptores e de origem que regule as atividades das empresas transnacionais quanto ao comportamento moral, domínio público das informações, práticas comerciais restritivas da livre concorrência e condições de trabalho.
  - Cooperação entre governos

quanto à política fiscal e controle de preços de compensação.

Harmonização dos incentivos fiscais e outros entre os países em desenvolvimento nos quais atuem empresas multinacionais.

- Poder permanente de controle sobre recursos naturais é um direito de todos os países.

### Sistema Monetário Internacional

- A reforma deve abranger: aprimoramento do sistema de câmbio; do sistema de reservas; do processo de compensação dos balanços de pagamentos; do manejo geral do sistema.
- Deve-se chegar a um acordo sobre os mecanismos através dos quais se possa criar e distribuir uma moeda internacional que seja utilizada para definir e compensar os saldos em aberto entre os Bancos Centrais. Tal moeda substituiria a utilização das moedas nacionais como reservas internacionais. Ela teria a forma de um direito especial de saque aperfeiçoado e poderia se tornar mais acessível através de uma "conta de substituição" apropriada.
- Devem ser criados novos direitos especiais de saque na medida em que houver necessidade de extensão não-inflacionária da liquidez mundial.
- O FMI deve evitar a tutela inadequada sobre as econo-

mias nacionais e não deve prescrever medidas muito deflacionárias como modelo-padrão para a política de adaptação. Deve estender suas linhas de financiamento compensatório, reduzindo a rigidez nas limitações de quotas e concedendo condições de reembolso mais flexíveis.

- Deve-se ampliar a participação dos países em desenvolvimento no quadro pessoal, na direção e nas decisões do FMI.
- Para promover a "desmonetização" do ouro, deve-se utilizar a maior parte das reservas em ouro do FMI, depois de efetuadas as vendas atualmente já negociadas, como garantia sobre a qual o FMI poderá obter créditos no mercado.

### Financiamento do desenvolvimento

- A transferência de capital para os países em desenvolvimento deve ser incrementada para financiar: projetos e programas que amenizem a pobreza e aumentem a produção de alimentos; prospecção e desenvolvimento de fontes de energia e matérias-primas, estabilização de preços das matérias-primas e processamento crescente das matérias-primas nos países em desenvolvimento.
- A disponibilidade de recursos públicos para a ajuda ao de-

envolvimento deve ser ampliada por intermédio de: sistema internacional de captação de recursos; aumento do nível de ajuda pública ao desenvolvimento nos países industrializados para 0,7% do PIB até 1985 e para 1% no fim do século; alteração automática de recursos através de contribuições internacionais.

- A concessão de créditos por parte das instituições internacionais de financiamento deve ser aperfeiçoada através de: incremento na capacidade de financiamento do Banco Mundial; evitar a imposição de condições políticas na atuação de instituições de financiamento multilaterais; canalização de financiamentos através de instituições regionais; participação maior dos países devedores nos processos de decisão e gestão dos financiamentos.
- Criação de uma nova instituição de financiamento — Fundo Mundial de Desenvolvimento — com participação universal e igual de devedores e credores no processo de decisão, como suplemento às instituições existentes. Para suprir as carências existentes nos programas de créditos.
- Facilitar aos países em desenvolvimento a contratação de empréstimos no mercado internacional de capitais (abolir restrições, criar outros mecanismos de garantia, novas disposições para avaliação de riscos).

### Prosseguimento do Diálogo Norte-Sul

A partir de informes jornalísticos diversos, apontamos algumas notícias na fase preparatória para a Conferência de Cancun.

*Bruxelas* — 6 de abril de 1981.

A CEE considerou que a segurança dos interesses internacionais e o planejamento dos comportamentos econômicos devem ser a base para a renovação do diálogo Norte-Sul.

O problema da carência energética, que corre paralelo com os excedentes de petróleo e a escassez de alimentos, foram considerados prioritários pela CEE. Ela pediu a maior atenção para os problemas do Terceiro Mundo nas próximas reuniões: Comitê de desenvolvimento do FMI (maio de 1981) e Conferência sobre energia em Nairobi (agosto de 1981).

A CEE propôs a criação de uma filial do Banco Mundial para energia, visando facilitar o acesso aos capitais da OPEP. Ela demonstrou desejos de contribuir à estabilidade dos preços de produtos de base.

*Moscú* — 6 de abril de 1981

Notícias publicadas hoje indicam que é possível que Brejnev e Reagan se encontrem no México (Cancun) em outubro de 1981 para a reunião Norte-Sul, caso a União Soviética aceite a imposição dos Estados Unidos para comparecer, que é o não comparecimento de Cuba.

*Florença, Itália* — 17 de outubro de 1981

O Ministro italiano de Relações Exteriores, Emilio Colombo, qua-

lificou de "erro político" a exclusão da Itália da próxima reunião de cúpula de Cancun, no México, onde se discutirão os problemas do diálogo Norte-Sul.

*México* — 18 de outubro de 1981

O Instituto Interdisciplinário de Planeación Urbana Regional sugeriu que em Cancun se estabeleçam os mecanismos e instrumentos necessários para analisar o funcionamento da FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação), para que seja eliminado, através de um diagnóstico, o que for obsoleto. Indica que, dos recursos designados para a pesquisa agrícola no mundo, a região latino-americana recebe somente 1,36%.

Segundo opiniões de Edem Kodjo, da secretaria geral da OUA (Organização da Unidade Africana), noticiadas em Paris, talvez dez países da África, entre cinquenta, serão capazes de sobreviver a crise atual. As perspectivas do Banco Mundial para os anos 1985/90 são de um crescimento de 1% ou de crescimento negativo. Se as tendências alimentícias atuais persistirem, diz Kodjo, a África cobrirá no ano 2000 apenas 60% de suas necessidades alimentícias.

*Washington* — 18 de outubro de 1981

Ao iniciar hoje em Yorktown conversações com o Presidente Reagan, o Presidente Mitterrand disse que se o diálogo Norte-Sul não servir para aproximar as posições dos países industrializados com os países do Terceiro Mundo, seria melhor não realizar a reunião de Cancun.

*Paris* — 18 de outubro de 1981

O Presidente Mitterrand ao chegar hoje na cidade do México, declarou que, a longo prazo, a França deseja o desaparecimento simultâneo da OTAN e do Pacto de Varsóvia, mas atualmente sua eliminação pura e simples equivaleria a colocar o efeito antes da causa.

Quanto à Reunião de Cancun, o Presidente Mitterrand declarou que as negociações devem ser abertas e que os países menos favorecidos devem conseguir os meios necessários para explorar seus próprios recursos energéticos. E que devem existir compromissos concretos e precisos, que a França está disposta a assumir.

*Washington* — 18 de outubro de 1981

O setor privado dos Estados Unidos manifestou hoje, com júbilo, seu apoio ao programa de ação que o Presidente Reagan propôs para ser discutido em Cancun, já que significa que a ajuda dos Estados Unidos aos países em desenvolvimento será por meio de um papel ampliado das empresas privadas norte-americanas (Michael Samuels, vice-presidente da Divisão Internacional da Câmara de Comércio dos Estados Unidos).

*Tóquio* — 19 de outubro de 1981

O Japão assegura que os problemas Este/Oeste influem muito nas relações Norte-Sul, disse o Sr. Tanabe, máximo dirigente da Mitsubishi, que assinalou que a posição do Governo japonês em Cancun é a da iniciativa privada de seu país, pois ambos atuam no mesmo ru-

mo, já que a economia e a política não devem ser independentes.

O Ministro Suzuki expressou o interesse do Japão em realizar um papel mais positivo no desenvolvimento da agricultura e da alimentação. A recomendação que será feita em Cancun a esse respeito é de que se deve incrementar os sistemas de irrigação, melhoria das espécies, tecnologia de cultivo e preparação de solos.

*Pequim* — 20 de outubro de 1981

O chefe da delegação da China à Reunião de Cancun, 1º Ministro Zhao Ziyang, disse que apoia firmemente a posição do grupo dos 77. Acrescentou que a fim de estabelecer uma nova ordem econômica internacional os países em desenvolvimento devem estreitar seus laços e apoiar-se mutuamente.

*Cancun* — 20 de outubro de 1981

A postura do Presidente Reagan e do Secretário de Estado Haig, antes de virem a Cancun, é de liberdade de comércio, estabilidade política, capacitação técnica e iniciativa privada. Reagan anunciou que proporia em Cancun um programa de ação centrado no aumento da produção mundial de alimentos, através de investimentos e assistência técnica ao setor agropecuário dos países produtores de matérias-primas. Em matéria energética, o Presidente Reagan anunciou seu apoio à ONU sobre o desenvolvimento de novas fontes de energia e ao sistema generalizado de preferências (SGP) para impulsionar o comércio mundial, acertando polí-

ticas antiprotecionistas no seio do GATT.

No seu discurso de Filadélfia, pronunciado recentemente, o mais importante pronunciado por Reagan desde que assumiu o poder, ele fez propostas julgadas úteis por muitos países em matéria de comércio, energia e alimentação.

*Washington* — 20 de outubro de 1981

O Secretário de Estado, Alexander Haig, disse que o Presidente Reagan sustentou na recente assembléia do FMI e do Banco Mundial, que a atividade e o capital privado devem ser o motor do desenvolvimento. Que o Presidente irá para Cancun com a mente aberta para escutar e aprender.

*Cancun* — 20 de outubro de 1981

Willy Brandt declarou que o crescente desemprego, a persistente instabilidade monetária, as exorbitantes taxas de juros, os insuportáveis déficits de pagamentos, as dívidas sem precedentes exigem negociações internacionais baseadas na cooperação, com respostas firmes audaciosas.

*México* — 20 de outubro de 1981

O Governo do México gestiona com as nações exportadoras de petróleo que participarão da reunião de Cancun seu apoio político para dar respaldo ao Plano Mundial de Alimentos, que será apresentado pelo Presidente Lopez Portillo, do México.

*Viena* — 20 de outubro de 1981

O Chanceler Kreisky declarou hoje que os Estados Unidos terão

em Cancun uma oportunidade única para apresentar um plano de ajuda aos países subdesenvolvidos.

Em mensagem enviada aos Estados Unidos, o Chanceler Kreisky deu o exemplo da Áustria que, graças aos Estados Unidos, começou de zero e conseguiu um nível de renda aceitável.

*Cancun* — 21 de outubro de 1981

Enquanto os Estados Unidos manter-se-ão na negativa em relação à interdependência e opor-se-ão a realizar negociações globais para chegar a uma nova ordem econômica internacional, os países europeus, com exceção do Reino Unido e Alemanha Federal, procurarão entendimentos com os países em desenvolvimento, fundamentalmente, por meio de apoio tecnológico e financeiro.

Frente a estas posições, o Grupo dos 77 que representa 110 países do Terceiro Mundo, encabeçado pela Argélia, propugnarão, por uma organização global dos interesses internacionais sobre produtos básicos e matérias-primas; estabilizar os preços de exportação dos países em desenvolvimento; constituição de reservas reguladoras; criação de um fundo de financiamento para amortizar a deterioração dos termos de intercâmbio.

A posição dos Estados Unidos é de subordinar as relações Norte-Sul a Este-Oeste, convencimento absoluto da totalidade do gabinete republicano de que a reativação econômica internacional depende do auge das economias centrais e não da prosperidade do conjunto.

O Grupo dos 77, além das posições citadas anteriormente, traçou um programa de solidariedade e intercâmbio econômico Sul-Sul nos campos de energia, comércio, finanças, matérias-primas, agricultura, alimentação e tecnologia.

A União Soviética, apesar de demonstrar apoio à formulação de uma nova ordem econômica internacional, como potência tem posições muito próximas dos Estados Unidos ao não aceitar o critério de interdependência.

O seu não comparecimento pode estar vinculado à chamada "consciência ativa" que se abstém para chamar atenção, que ela contradiz citando que não aceita ficar englobada no Norte ao lado de economias de mercado desenvolvidas.

*Tóquio* — 21 de outubro de 1981

O Japão oferecerá aos países em desenvolvimento tecnologia para produzir alimentos nos campos de cultivo, preparação de terrenos, melhoramento de espécies.

Os japoneses, em seus considerandos, argumentam que de acordo com documentos das Nações Unidas, das vinte principais indústrias de alimentos do mundo, 16 são dos Estados Unidos, 3 são do Reino Unido e 1 da Suíça.

Asseguram, também, que os Estados Unidos, Japão, União Soviética, Alemanha Federal e Reino Unido empregam cerca de 70% dos "experts" em pesquisa e desenvolvimento do mundo e destinam 85% de seus fundos totais para esse fim, enquanto as nações

em desenvolvimento empregam menos de 3% para esses fins.

O Primeiro-Ministro japonês, Suzuki, oferecerá em Cancun o envio de técnicos japoneses agrícolas para os países em desenvolvimento da mesma maneira que aceitará técnicos estrangeiros para treinar no Japão.

### Reunião de Cancun

Em sua intervenção, o Presidente Reagan disse que está disposto a apoiar as negociações globais multilaterais se elas se orientarem de maneira prática.

Sugeriu a liberação comercial, o desenvolvimento de recursos energéticos, alimentos e a melhoria do clima de investimentos.

A segunda condição seria que as conversações respeitem a competência, funções e poderes das agências internacionais especializadas e não se criem novas instituições.

A terceira é que busquem benefícios mútuos para as partes Norte e Sul.

A quarta é que subsista o espírito de Cancun para não polarizar os pontos de vista.

Apresentou um programa de ação para o desenvolvimento dos subdesenvolvidos com os seguintes pontos:

1. Estimular o comércio internacional abrindo mercados.
2. Desenhar estratégias de desenvolvimento individuais que respondam às necessidades e ao potencial específico de cada país ou região.
3. Dirigir nossa assistência ao desenvolvimento de atividades

produtivas auto-suficientes, particularmente quanto a energia e alimentos.

4. Melhorar o ambiente para os fluxos de capital privado, em particular pelo que respeita ao investimento privado.
5. Criar uma atmosfera política na qual possam progredir as soluções práticas.

O Primeiro-Ministro do Canadá, Pierre Trudeau, mencionou que a posição de seu país se traduz em determinar prioridades nos itens alimentos, energia e desenvolvimento dos recursos humanos, acompanhando estas opções de ações concretas.

O programa de infra-estrutura produtiva do Terceiro Mundo, conhecido como Plano Marshall II, foi recebido com muita simpatia em Cancun. Ele requer um fluxo financeiro de 200 bilhões de dólares na primeira etapa. A Áustria propôs os princípios básicos deste plano e os Estados Unidos o vê de forma positiva.

A Argélia tomou posições fortes em defesa dos pontos fundamentais do Grupo dos 77.

A Venezuela pediu um ajuste apropriado do sistema monetário e das políticas fiscais. A tese do Presidente Campins inclui ajustes na instabilidade de preços de produtos agrícolas e nas tendências inflacionárias e deflacionárias e sobretudo ajustes estruturais e de localização industrial.

Por iniciativa do Presidente Portillo, do México, com apoio dos representantes do Reino Unido, Tanzânia, Nigéria e Argélia, será

criado o Clube do México, destinado a tratar com prioridade o problema alimentar. Será integrado, para isso, um organismo similar ao Clube de Roma.

A proposição do Presidente Mitterrand, da França, para criar uma filial energética do Banco Mundial, que fundamente o desenvolvimento energético dos países menos desenvolvidos, foi muito bem recebida, inclusive pela Primeira-Ministra Margaret Thatcher, do Reino Unido.

Houve uma Declaração de Cancun que pede à ONU para iniciar negociações globais para o estabelecimento de uma Nova Ordem Econômica Internacional.

O Sr. Willy Brandt foi convidado para presidir os trabalhos de organização do Clube do México, em que participarão uma centena de intelectuais, cientistas, técnicos, filósofos e políticos.

A Primeira-Ministra da Índia considerou que a Reunião de Cancun foi o primeiro passo positivo para iniciar a colaboração e diálogo entre países ricos (Norte) e pobres (Sul).

A ausência dos soviéticos em Cancun mostra seu cinismo com relação aos países do Terceiro Mundo, declarou hoje o Secretário de Estado norte-americano, Alexander Haig. Acrescentou que eles escondem a cabeça na areia e, realmente, não contribuem para o desenvolvimento internacional.

Os Estados Unidos não fecharam as portas às negociações globais, disse o Chanceler da Nigéria, Ishaya Audu, mas impuseram condições muito duras para realizá-las.

O Presidente Reagan declarou que os países podem orientar seus esforços utilizando organismos como o Banco Mundial e o FMI para as negociações que se deseja chamar globais.

É neste ponto citado por Reagan que está uma das diferenças principais entre a posição americana e a da maioria dos países presentes a Cancun. O Chanceler brasileiro, Saraiva Guerreiro, defendeu a tese de que não se pode deixar os principais problemas somente a critério dessas instituições (Banco Mundial, FMI etc.), onde o poder de voto dos países ricos prevalece para decidir sobre questões de desenvolvimento que abrangem áreas como comércio, tecnologia e energia. Exige-se, portanto, disse ele, um foro mais amplo de discussões, sugerindo levar o debate à ONU.

Admitiu o Ministro Saraiva Guerreiro que não há país participante do Diálogo Norte-Sul, cuja posição coincida exatamente com a defendida pelos Estados Unidos, nem mesmo dentro do bloco dos países industrializados.

O Presidente Nyerere, da Tanzânia, mostrou que nenhum dos países participantes de Cancun é contra a iniciativa privada, mas o problema não pode ser centrado em investimentos privados em países do Sul, mas na necessidade de financiamentos para infraestrutura, que só podem ser obtidos através de ajuda oficial, já que a iniciativa privada jamais se interessaria pela baixa rentabilidade dos investimentos.

Esta também foi a opinião expressada pelo Ministro Saraiva

Guerreiro que mostrou que não há problemas de liquidez nos países do Sul. A questão é buscar eficiência maior dos recursos aplicados nesses países. Ele destacou a necessidade de mudanças estruturais nas relações financeiras internacionais, com novas bases para reciclagem dos recursos.

O destaque do último dia da Conferência de Cancun foi o interesse e apoio de muitos países desenvolvidos e de países-membros da OPEP para a criação de uma filial de energia do Banco Mundial. A Arábia Saudita mostrou-se também favorável, com recursos adicionais do BIRD, desde que as contribuições não sejam limitadas aos países da OPEP. A Alemanha, Suécia e Canadá também mostraram-se favoráveis.

Quase ao final da reunião o Diretor de Comunicações da Casa Branca, David Gergen, declarou que os Estados Unidos continuam opondo-se à criação de uma filial energética do Banco Mundial.

O Ministro Saraiva Guerreiro, em Cancun, defendeu a necessidade de apoio financeiro dos países do Norte para o desenvolvimento de fontes alternativas de energia do Sul. Deu seu apoio à criação da filial de energia no BIRD com recursos adicionais (a proposta inicial envolvia 12 bilhões de dólares em uma primeira etapa, atingindo 22 bilhões de dólares em uma segunda etapa).

Ele abriu os debates sobre comércio internacional pedindo mudanças nas regras do jogo. Mostrou que é necessário medidas favorá-

veis aos países em desenvolvimento em todas as áreas do GATT.

O Ministro Guerreiro defendeu a eliminação de barreiras tarifárias para produtos produzidos nos países em desenvolvimento e ampliação das listas de produtos no Sistema Geral de Preferências (SGP), pelo qual os membros do GATT concedem vantagens às exportações dos países em desenvolvimento.

No âmbito do GATT condenou a tese da graduação de alguns países de maior desenvolvimento relativo, classificando-a de ineficaz e contraditória. Solicitou que em 1982 a reunião do GATT deve deter-se nos temas do Diálogo Norte-Sul.

O Brasil mantém a expectativa que se obtenham alguns progressos de negociações globais, mesmo que seja em grau genérico.

### Comentários

A evolução das posições dos países, a nível mundial logo após a Segunda Guerra, conduziu à organização econômica pela constituição de diversos organismos que passaram a ser a parte complementar com que cada país contava para solucionar seus problemas.

Os países em todos os continentes iniciaram pelos processos de integração a ter maiores diálogos, muitas vezes, é verdade, não chegando a conclusões, mas orientando-as para o futuro.

Os contatos e as comunicações ficaram mais fáceis, cada país sabendo, quase no mesmo momento,

o que os outros pensavam. Sentem-se problemas similares e condução isoladas de decisões e de proposições.

Fica claro a necessidade de modificações, através ou não dos organismos existentes. Chega-se ao interesse por uma Nova Ordem Econômica Internacional e desenvolve-se o Diálogo Norte-Sul. Discutem-se proposições conjuntas. As reações de parte a parte ficam mais abertas. Os problemas são apresentados com mais nitidez.

Assim é que se pode criticar os resultados da reunião de Cancun, que teve o intento de reunir uma cúpula representativa para movimentar o Diálogo Norte-Sul. Aí discutiu-se com ênfase tecnologia, comércio, alimentação e energia, problemas prementes dos países em desenvolvimento. Mas algumas soluções foram apontadas e estão evoluindo, mesmo com posicionamentos firmes e contrários.

Agora mesmo, em janeiro de 1982, quando finalizávamos este artigo, o Presidente do BIRD (Banco Mundial), Sr. Tom Clausen, afirmou em Tóquio que não acha adequado o Diálogo Norte-Sul, já que coloca os países industrializados em um lado e os países em desenvolvimento de outro.

Disse ele que o Diálogo Norte-Sul tornou-se estático, simplificado e contencioso, com tendências à confrontação, obscurecendo a realidade.

O Sr. Clausen disse que a divisão em países industrializados e

países em desenvolvimento é falha. Que a divisão deve ser mais ampla: Europa Ocidental, Estados Unidos, Japão, Europa Oriental, Oriente Médio, países recém-industrializados, países populosos como a China e países desesperadamente pobres, como os da África subsaariana.

Até que ponto novas proposições como essas do Sr. Clausen podem interessar ao Brasil, é algo que devemos considerar e analisar; ou fortalecer outras proposições mais integradas.

Além dos comentários sobre as intervenções brasileiras feitas em Cancun, que registramos, uma coisa fica muito clara: o Brasil hoje posiciona-se ao lado dos países em desenvolvimento, com maturidade e espírito transformador.

O Brasil não agride, mas em política externa tem posições firmes e aproveita sua vocação para o diálogo, fazendo uma opção universalista.

Nosso país não está presunçoso e excluído do diálogo mundial. Passou do milagre irreal à ação concreta. Participa, conjuga interesse, com modéstia ganha posições.

Na última década a segurança e o fortalecimento de nossa política externa são tão nítidos que seria o caso de até questionarmos os nossos dirigentes e políticos em geral, se aí não estaria, com pequenas divergências, um ponto de apoio e concordância para o diálogo aberto, também a nível interno.



*Dalton Daemon é Economista da Fundação Getúlio Vargas e Professor de Economia da ECEME. Economista e geógrafo. Especialização em Planejamento Econômico – França. Doutor em Comércio Internacional. Cursos da AMAN e da ECEME.*